



----- Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
- 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, para o quadriénio 2017-2021; -----
- 3-Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar as seguintes entidades: -----
- a)- Conselho Municipal de Educação; -----
- b)- Assembleia Distrital; -----
- c)- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; -----
- d)- Conselho Cinegético Municipal; -----
- 4-Eleição de membros deste Órgão para integrar as seguintes entidades: -----
- a)- Comissão Municipal de toponímia; -----
- b)-CIMBB-Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa; -----
- 5-Designação de cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ; -----
- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação de reconhecimento de interesse público Municipal relativa ao processo de legalização de Edifícios pertencentes à empresa "Centroliva-Industria e Energia, S.A."; -----
- 7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos documentos Previsionais de 2017; -----
- 8- ---Apreciação, discussão e eventual aprovação dos contratos

interadministrativos e acordos de execução com as Juntas de Freguesia;-----

---- **9**-Apreciação, discussão e eventual autorização à Contratação para fornecimento de energia elétrica;-----

---- **10**-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2018;-----

---- **11**-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018;-----

---- **12**-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;-----

---- **13**-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

---- **14**-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a presença de todos os membros eleitos.-----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, salientando a carta que o membro Carlos Alberto Silva Gonçalves remeteu a este Órgão e na qual declarava que, salvo o valor da senha de presença, renunciava ao recebimento do valor referente a despesas de transporte para participar nas sessões desta Assembleia ou outros eventos, ficando toda a referida correspondência disponível para eventual consulta.-----

---- Seguidamente, procedeu-se à leitura da ata da sessão Ordinária realizada em quinze de setembro, tendo sido aprovada por maioria.-

---- Foi feita uma interpelação à Mesa por parte do Sr. Vereador Carlos Manuel Faria no sentido de intervir na defesa da honra, tendo o Presidente da Assembleia Municipal dito que não lhe poderia dar a palavra porque, em conformidade com o Regimento deste Órgão,



só poderia intervir após o Sr. Presidente da Câmara Municipal lhe dar autorização para o efeito. -----

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

----O membro Carlos Gonçalves, começou por saudar os membros da Mesa, os deputados municipais, Presidentes das Juntas de Freguesia, o Presidente da Câmara Municipal e vereadores do executivo e o público em geral, dizendo que em seu nome e dos membros da bancada da coligação "Novo Rumo", era uma grande honra fazer parte deste Órgão porque o exercício de cargos políticos locais eram aqueles em que as decisões mais efeito produziam junto das pessoas e cada vez mais o poder autárquico, com alguma descentralização de competências, ganhava importância, principalmente num território como este, que era grande no plano geográfico mas apenas tinha 2900 (dois mil e novecentos) eleitores e como era o concelho mais envelhecido do continente, dever-se-ia enquadrar o maior número de consensos, porque todos seriam poucos para levar a cabo uma tarefa que parecia muito complicada e assim, os membros desta bancada queriam, acima de tudo, fazer parte das soluções e sendo evidente que havia uma maioria clara, era da opinião que os munícipes de Vila Velha de Ródão precisavam de consensos e tinham de os encontrar para resolver os problemas que se adivinhavam e que eram comuns a todos os concelhos com território de baixa densidade e que a politica definia-se como fator para resolver os problemas das pessoas. Se não existissem pessoas não valia a pena fazer politica e uma vez mais realçou a vontade de quererem colaborar e encontrar consensos e certamente iriam encontrar esses equilíbrios nesta Assembleia, para todos juntos encontrarem um conjunto de decisões para bem do concelho e das suas gentes. Continuou, referindo-se à tragédia dos incêndios que assolaram o nosso país este ano e no

seguimento do voto de louvor já efetuado por este Órgão, em nome dos membros desta bancada, gostaria de deixar uma mensagem de solidariedade para com todas as vítimas destes incêndios, que ocorreram precisamente em territórios de baixa densidade que tem muito em comum com o nosso e independentemente de no nosso concelho não ter havido vítimas humanas, houve perda de bens e tínhamos que ser solidários com elas, esperando que as decisões que vierem de outros níveis do Estado possam ressarcir as pessoas nos prejuízos que tiveram. Apresentou também um voto de louvor às diversas instituições envolvidas na ajuda às tragédias, nomeadamente, aos bombeiros e em particular aos bombeiros de Vila Velha de Ródão, que além de combaterem os incêndios ocorridos no nosso concelho também intervieram noutros locais e por isso deixava aqui uma palavra de elogio, lembrando que os incêndios tinham a ver com o ordenamento do território, com a questão da floresta, com a fraca população e tudo isto eram matérias que no futuro, certamente, poderiam ser abordadas nesta Assembleia porque este é um dos territórios ao qual se deveria dar mais atenção. Terminou a sua intervenção desejando o maior sucesso para estes quatro anos de mandato, reforçando que os membros desta bancada queriam fazer parte da solução, podendo contar com eles numa atitude pró-ativa e construtiva para o bem das pessoas de Vila Velha de Ródão.-----

---- Após aprovação por unanimidade da entrada na mesa de uma moção sobre as Autárquicas 2017, o membro Fernando Roma, em representação da bancada Socialista, leu a mesma que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se arquiva nos documentos presentes na sessão da Assembleia Municipal.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que em relação ao resultado eleitoral, este tinha sido público e que tivera a oportunidade na



altura de felicitar o Engenheiro Luís Pereira pela sua eleição como presidente da Câmara Municipal, e como as eleições tinham sido no início de outubro, achava que esta Assembleia se deveria preocupar, em primeiro lugar, com as questões que estão nas grandes opções do plano. Também se lembrava da primeira vez que tinha sido eleito e às vezes também se recordava do seu círculo de amigos, mas tinha que se tratar das questões primordiais e era bom que o Partido Socialista trouxesse para debate questões concretas daquilo que eram eventualmente orientações políticas, para além daquilo que o executivo camarário apresentava, porque a Câmara era uma coisa e a Assembleia era outra, querendo acreditar que os membros da bancada socialista, apesar de estarem ligados ao partido socialista, tinham ideias próprias e era isso que eventualmente se poderia discutir e como já tinha tido oportunidade de frisar, desejava o maior sucesso ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e a todo o executivo. O que lhes interessava era o bem de Ródão e se nas próximas eleições ganharem outra vez e as pessoas se sentirem melhor, isto era política e a política era assim, é de quem resolve os problemas das pessoas e teria o seu mérito no plano eleitoral, mas discordava que se viesse agora relatar isso. Continuou, dizendo que não tinha percebido bem mas ouviu falar em faturas eleitorais ou pagar faturas eleitorais, referindo que somos um território de 2.900 (dois mil e novecentos) eleitores, com um partido na oposição, que tinha quatro elementos na Assembleia Municipal, pagar faturas eleitorais a quem? Por acaso tinham estado no exercício do poder? Diz na Moção que têm o exercício do poder há dezasseis anos, isso só lhes dava mais responsabilidade porque não se podiam desculpar com ninguém, se as coisas correrem bem podiam ter o mérito, se correrem mal a responsabilidade era toda de quem detinha o poder há

16 (dezasseis) anos e se corresse bem tanto melhor, cá estariam para apoiar aquilo que era importante e em 16 (dezasseis) anos a responsabilidade era mais acrescida. Em relação à taxa de desemprego poder-se-ia discutir este assunto e certamente que a coligação "Novo Rumo" iria eventualmente apresentar projetos de resolução nesse sentido, mas nós temos uma população de 2.900 (dois mil e novecentos) eleitores muitos deles envelhecidos, não fazendo parte da população ativa, era evidente que a taxa de desemprego não podia ser muito elevada. Tinham que se preocupar com a taxa de desemprego, mas sobretudo, tinham que se preocupar com o número de pessoas que temos em termos de população ativa, porque era esta que demonstrava a energia, a capacidade e a dinâmica de um território, por isso concordava com grande parte da Moção, desejava o maior sucesso à maioria que vencera as eleições. Pensava, no entanto, que seria melhor se fosse uma moção com matérias de interesse para a comunidade e como tal não poderiam ir a reboque de uma Moção que insinuava que houve interesses eleitorais ou interesses de faturas e que gostaria inclusive que dissessem algo sobre isso, porque em política não se podia acusar quem de quem, não tinham poder nem execução, tinham um cargo de vereação que não tem poder executivo, por isso havia palavras que não se podiam utilizar, particularmente no início de um mandato e quando tinha acabado de dizer que estavam prontos para colaborar, vinham já com insinuações, mas o que pretendiam efetivamente, era arregaçar as mangas e trabalhar em conjunto e quanto à vitória, como já tivera oportunidade de dizer, dava-lhes os parabéns e com toda a humildade lhes dizia que, venceram, tiveram um resultado eleitoral, agora é trabalhar.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que em 5 (cinco) minutos de intervenção, o membro Carlos Gonçalves ressaltava 3



(três) vezes que o concelho tinha 2.900 (dois mil e novecentos) eleitores e não era verdade que fôssemos o concelho mais envelhecido do distrito, como tinha sido afirmado por este membro e como tal, como rodense doía-lhe ouvir outro rodense denegrir, de certa forma, o nosso concelho. -----

----O membro Carlos Gonçalves dirigiu-se á mesa para dizer que o facto de ter frisado várias vezes o número de eleitores existentes no concelho devia-se ao facto de esta ser uma preocupação que tinha e que na sua opinião, não deveria ser o Presidente deste Órgão a ter este tipo de posição e sim os membros da bancada socialista e que na sua intervenção não tinha proferido nenhuma palavra de ataque ou sequer se tinha dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal e como tal os membros do grupo socialista presentes é que teriam o direito de o atacar. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que se o membro Carlos Gonçalves se sentia atacado, não era sua intenção e nem o tinha feito e que na sua opinião, achava que Vila Velha de Ródão é que estava a ser atacada, tendo o membro Carlo Gonçalves respondido que a Moção fora apresentada pela bancada socialista e que era a esta bancada que competia discuti-la. O Presidente da Assembleia Municipal referiu que também fazia parte do grupo socialista, tendo este membro respondido que ele era o Presidente deste Órgão e como tal deveria ter o sentido da função que exercia. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que não havia nada no Regimento que o impedisse de intervir e exercia esta posição conforme entendia e não havia nada que o impedisse de tecer os comentários que entendesse e assumir a responsabilidade pelos mesmos. -----

----O membro Fernando Roma disse que o número de eleitores

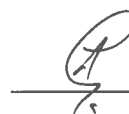
existentes no concelho era uma realidade e que tudo tinham feito para melhorar a situação, mas só com mais pessoas a residir cá é que se conseguiria isso.-----

---- Não havendo mais intervenções foi votada a Moção apresentada tendo sido aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos contra dos membros Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e Júlia Cristina Marchão Ceia.-----

---- O membro Luís Coutinho saudou todos os presentes, salientando que era a primeira vez que o CDS (Centro Democrático e Social - Partido Popular), integrado na Coligação "Novo Rumo", tinha assento neste Órgão o que era demonstrativo que havia diversidade, realçando também o facto de que este grupo cumpria perfeitamente a paridade, dois homens duas mulheres e era relativamente jovem, sendo importante realçar que dos quatro elementos três eram residentes permanentes no concelho e o quarto, apesar de o não ser, tinha cá a sua residência fiscal. Continuou, apresentando um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Augusto Pinto Afonso que, além de ter sido durante muitos anos delegado de saúde deste concelho, foi também o primeiro Presidente de Câmara eleito após o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Posteriormente iriam apresentar, por escrito, este voto de pesar. Apresentou também em seu nome pessoal e da Coligação, um voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Conceição Lopes, um antigo Presidente desta Assembleia Municipal.-----

---- **2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, para o quadriénio 2017-2021;-----**

---- O membro Miguel Fradique começou por cumprimentar os membros da coligação "Novo Rumo", dizendo em seguida que, na sua opinião, a



proposta de Regimento apresentada estava em conformidade com a Lei, mas propunha que se dispensasse a leitura das atas nas sessões, enviando as mesmas antecipadamente para os membros para estes procederem à sua leitura e eventual aprovação. -----

----O membro Carlos Gonçalves concordou com a proposta apresentada acrescentando que se ganharia tempo e possibilitaria que os membros lessem atempadamente as mesmas e antes das sessões sugerissem um conjunto de alterações, se assim o entendessem. Quanto à proposta de Regimento apresentada, também era da opinião que se adequava e estava em conformidade legal, mas realçou que, no seu entender, havia tempos muito longos e por uma questão de agilização das sessões poderiam ser mais curtos, dando o exemplo do reservado à defesa da honra que era de dez minutos. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal, disse que o "tempo reservado à defesa da honra", nunca foi utilizado nesta Assembleia e acrescentou que enquanto fosse Presidente deste Órgão os membros teriam sempre direito à defesa da honra e os problemas seriam sempre discutidos exaustivamente, demorassem o tempo que demorassem. Disse ainda que, pessoalmente, era a favor da leitura integral das atas nas sessões pois tinha a certeza que noventa por cento dos membros não a iam ler e esperava que por isso, no futuro, não pedissem para fazer alterações fora de tempo. -----

----Após votação foi aprovado por unanimidade dispensar a leitura das Atas das Sessões da Assembleia Municipal, fazendo o envio das mesmas antecipadamente para todos os membros para apreciação e posterior aprovação. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberado por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 26º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regimento

da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017-2021, conforme o texto que foi presente rubricado e que vai ficar arquivado junto aos documentos presentes a esta sessão.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 3-Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar as seguintes entidades:-----

---- a)- Conselho Municipal de Educação;-----

---- Após votação secreta foi deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos em branco, ao abrigo do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei 72/2015, de 11 de maio, nomear para o Conselho Municipal de Educação, aprovado por esta Assembleia em 30/04/2003, como representante das Juntas de Freguesia o Sr. João Mendes Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- b)- Assembleia Distrital;-----

---- Após votação secreta e dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do artigo 2º, da Lei nº 36/2014, de 26 de junho, foi deliberado por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos em branco, eleger o Sr. Vergílio Jorge Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, para integrar a Assembleia Distrital.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- c)- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

---- Após votação secreta e dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do nº1 do artigo 3º-D, do Decreto-Lei nº124/2006, de 28 de junho, republicado pelo Decreto-Lei nº17/2009, de 14 de janeiro, foi deliberado por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4(quatro) votos em branco, eleger o Sr. Joaquim Pereira Vaz,



Presidente da Junta de Freguesia de Perais, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município de Vila Velha de Ródão. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----**d)- Conselho Cinegético Municipal;** -----

----Após votação secreta e dando cumprimento ao estipulado na alínea e) do nº2 do artigo 157º, do Decreto-Lei Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei nº2/2011, de 6 de janeiro, foi deliberado por maioria, com 14 (catorze) votos a favor, 1 (um) voto no Presidente da Junta de Freguesia de Perais e 4 (quatro) votos em branco, eleger o Sr. José Pereira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----**4-Eleição de membros deste Órgão para integrar as seguintes entidades:** -----

----**a)- Comissão Municipal de toponímia;** -----

----Dando cumprimento ao estipulado na alínea c) do nº1 do artigo 26º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, deliberou que do grupo de trabalho que está constituído para atribuir, apreciar e rever os nomes das ruas e largos da sede do concelho, faça parte um elemento desta Assembleia Municipal. -----

----De seguida, através de votação secreta, procedeu-se à eleição do membro para fazer parte desse grupo de trabalho, sendo aprovado por maioria, com 15 (quinze) votos no membro Maria José Sobreira Mendonça, 3 (três) votos no membro Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e 1 (um) voto em branco, eleger o membro Maria José Sobreira Mendonça. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---- b) -CIMBB Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da da Beira Baixa;-----

---- Após votação secreta e dando cumprimento ao estipulado no artigo 83º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado por unanimidade eleger os membros abaixo indicados para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comissão Intermunicipal da Beira Baixa:-----

---- - António Tavares Pinto Carmona Mendes, com 15 (quinze) votos, membro efetivo;-----

---- - Miguel António Martins Fradique, com 15 (quinze) votos, membro efetivo;-----

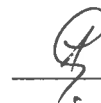
---- - Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias suplente, com 4 (quatro) votos, membro suplente.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 5-Designação de cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ;-----

---- O membro Luis Coutinho disse que a Coligação "Novo Rumo", propunha a substituição de dois dos elementos em exercício, propondo para o efeito os nomes das munícipes Júlia Ceia e Odília Dias. À questão colocada pelo Presidente deste Órgão de quais seriam os elementos a substituir e após este relembrar os nomes atuais, foi respondido por este membro que propunha substituir as munícipes Paula Cristina Ribeiro Gonçalves e Maria José Sobreira Mendonça.-----

---- Não havendo mais intervenções foi colocado a votação a lista anteriormente apresentada, sem as alterações propostas, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Maria Leonor Trigueiros Soares de



Aragão e Júlia Cristina Marchão Ceia, aprovar ao abrigo da alínea l) do artº 17º, e do artº 26º, da Lei nº147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, a designação dos cidadãos eleitores a seguir indicados, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Vila Velha de Ródão. -

----- Diamantina Maria Parrulas Nifra Valente; -----

----- Maria Adélia Rodrigues Barata; -----

----- Paula Cristina Ribeiro Gonçalves; -----

----- Maria José Sobreira Mendonça. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----6-Apreciação, discussão e eventual aprovação de reconhecimento de interesse público Municipal relativa ao processo de legalização de Edifícios pertencentes à empresa "Centroliva-Industria e Energia, S.A."; -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que esta bancada acompanhara a decisão já tomada pela Câmara Municipal e como tal iriam ter a mesma votação. -----

----Não havendo mais intervenções e no seguimento do requerimento apresentado à Assembleia Municipal pela "Dictum et Factum, Assessoria em Atividades Económicas e Ambiente, Lda.", na qualidade de representante da empresa "Centroliva, Industria e Energia, S.A.", a qual solicita a emissão de uma declaração de reconhecimento de interesse público municipal, para dar cumprimento ao requisito constante na alínea d) do nº 3 do artigo 105º do regulamento do Plano Diretor Municipal, a fim de permitir a legalização de edifícios existentes no complexo industrial no Monte da Ordem em Vila Velha de Ródão, e vistas as deliberações da Câmara Municipal de 02/06/2017 e de 22/09/2017, sendo que nesta última foi deliberada a ratificação do Despacho nº 102, de 21/09/2017 do Sr.

Presidente da Câmara Municipal, após votação, esta Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, emitir parecer negativo à emissão da declaração de reconhecimento de interesse público municipal para a legalização de edifícios existentes no complexo industrial no Monte da Ordem em Vila Velha de Ródão, tendo em conta a análise do referido requerimento, do Parecer elaborado pelos Técnicos da Autarquia, do Parecer Jurídico e pela informação constante na minuta nº059/2017 da Câmara Municipal de 02/06/2017, que ficará arquivada junto aos documentos presentes nesta sessão.--

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal registou com agrado que em relação ao que de facto era importante continuavam todos de acordo.-----

---- O membro Luis Andrade apresentou uma declaração de voto da bancada socialista, que se dá aqui por transcrita e ficará anexa à presente Ata.-----

---- 7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos documentos Previsionais de 2017;-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por saudar todos os membros da Assembleia Municipal, em particular os que aqui estavam pela primeira vez, dizendo que este era o fórum por excelência para o debate e da concertação de posições para o desenvolvimento do concelho, tendo funcionado assim há mais de quarenta anos e obviamente assim iria continuar durante este mandato que teria pela frente grandes desafios e que a Câmara Municipal, à semelhança daquilo que tinham sido os últimos quatro anos e da sua atividade, estava profundamente empenhada em desenvolver a sua estratégia de desenvolvimento do concelho e contava com a contribuição de todos os membros, dos dois Órgãos



autárquicos, para enriquecer essa estratégia e para atingir um maior sucesso. Relativamente ao documento apresentado referiu tratar-se de um acerto ao Orçamento de 2017, nomeadamente ao ajustamento da rubrica referente a impostos diretos, com a redução de 300.000,00€ (trezentos mil euros), isto porque no ano transato tinha sido um ano excecional em receita arrecadada em termos de IMT, mas este ano isso não se verificara e como tal não fazia sentido continuar com essa verba inscrita e assim empolar o Orçamento por via de uma rubrica que não se iria concretizar. A outra alteração referia-se ao saldo inserido na rubrica referente às gerências anteriores na expectativa do arranque da empreitada das casas da Quinta da Torre, mas como isso não fora possível não fazia sentido ter essa verba em orçamento. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções dos membros, Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e Júlia Cristina Marchão Ceia, em conformidade com a alínea a) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a 3ª Revisão ao Orçamento de Despesa, com uma diminuição de 730.000,00€ (setecentos e trinta mil euros), a 3ª Revisão ao Orçamento da Receita, com um aumento de 30.000,00€ (trinta mil euros) e uma diminuição de 760.000,00€ (setecentos e sessenta mil euros) e a 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com uma diminuição de 670.000,00€ (seiscentos e setenta mil euros). -----

----A referida Revisão, compõe-se de 5 (cinco) folhas que foram rubricadas pelos membros da Mesa. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----8- ---**Apreciação, discussão e eventual aprovação dos contratos**

interadministrativos e acordos de execução com as Juntas de Freguesia;-----

---- Não havendo intervenções neste ponto e após votação, foi deliberado, ao abrigo do disposto nos artigos 131º, 132º, 133º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar por unanimidade os Contratos Interadministrativos e os Acordos de Execução com as quatro Juntas de Freguesia que integram o Município de Vila Velha de Ródão, nos termos dos documentos apresentados e aprovados na reunião do executivo realizada em 15/12/2017, e que serão rubricados pelos membros da mesa.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

9-Apreciação, discussão e eventual autorização à Contratação para fornecimento de energia elétrica;-----

---- Não havendo intervenções neste ponto e após votação, ao abrigo do artº 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal, à contratação do fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN), incluindo a iluminação pública, em conformidade com a redação da Minuta nº176/2017, que ficará arquivada junto aos documentos presentes nesta sessão e aprovada na reunião do executivo, realizada em 15/12/2017.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

10-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2018;-----

---- Não havendo intervenções neste ponto e após votação, foi deliberado, ao abrigo da alínea o) do nº1 do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o artigo 29º e 30º da



Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do artigo 24.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, aprovar por unanimidade, as despesas de representação, bem como estrutura de Mapa de Pessoal, a respetiva caracterização dos postos de trabalho e os gastos com recrutamento de trabalhadores para novos postos de trabalho para o ano de 2018.-

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----11-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018; -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que da análise que fez ao documento, lhe parecia positivo o cumprimento no que respeitava às obrigações que os municípios tinham a vários níveis no plano orçamental e muito particularmente às questões de endividamento, que deveriam ser respeitadas, porque um município que prestava boas contas estava no bom caminho para realizar um bom trabalho. No entanto, estava-se perante um Orçamento que fora decidido pelo executivo que tinha uma maioria clara e que iria, certamente, ser aprovado por esta maioria e que era um Orçamento da responsabilidade dessa maioria e que, em princípio, deveria cumprir com aquilo que eram os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano e muito particularmente, com o que fora prometido em período de campanha eleitoral e que, aparentemente e estava descrito no documento, iria dar continuidade àquilo que fora realizado e era sobre isto que teria que fazer um conjunto de observações. Nestas, identificava algumas áreas fundamentais para aquilo que eram os objetivos do concelho, referindo-se em primeiro lugar à fixação de população, dizendo que eramos vítimas de um grande despovoamento e como tal, o seu combate era algo que nos deveria incomodar na ação política, porque bastava percorrer o concelho para se perceber que este estava quase sem população e por isso teria que se fazer algo.

Mais disse que tínhamos um país inclinado para o litoral, com grandes dificuldades em se descentralizar, existindo um conjunto de municípios do interior, com territórios de baixa densidade, que deveriam ter como principal objetivo o combate ao despovoamento e saber se era o mais despovoado ou envelhecido ou o penúltimo, não contava muito, tinham era que se preocupar em resolver esta situação, identificando também como objetivo a reabilitação urbana e a fixação de população. No que concerne à fixação de população disse que esta estava dependente de outras variáveis, que havia um problema grave com a questão ambiental e esta era uma preocupação que tocava muito os mais jovens, logo, um concelho que tinha estes problemas e apesar de todos os esforços que poderia fazer, não era atrativo para estes e por isso era fundamental que quando se pensava na aplicação de medidas para a fixação da população teria que se pensar desde logo, em todo o território do concelho pois havia zonas que não tinham o problema da poluição, ou seja, ter a possibilidade de trabalhar para todo o território concelhio e não só para a sua sede. Teriam também que ter políticas para a educação, para o ambiente, para o turismo que era outra das áreas que teria certamente dificuldades em concretizar grandes objetivos devido à questão ambiental e quando tínhamos um quadro tanto geográfico como arqueológico notável, o turismo seria uma das atividades que iria ter dificuldade em atingir objetivos que permitissem beneficiar o concelho e também teria que se ter políticas na área da ação social e sobretudo, no investimento. Continuou, dizendo que, na sua opinião, o plano de trabalho e execução orçamental apresentados dava muita continuidade e era muito parecido áquilo que se tivera no passado, achando que neste momento e face aos números da demografia, era fundamental e



essencial que se tivesse mais ambição e que dever-se-ia ter um Orçamento que permitisse ir um pouco mais longe e que tivesse capacidade para fixar população. Referiu em seguida que, um dos temas que poderia ser importante frisar era o da cultura e que poderia permitir que este fosse um dos polos de atração, pelos bons equipamentos que tínhamos, pela proximidade a pelo menos três cidades médias e pela localização da terra de nascimento do pintor Manuel Cargaleiro. Mais disse que dar continuidade ao trabalho feito parecia-lhe pouco, porque em 16 (dezasseis) anos não conseguiram inverter a perda de população e se o não tinham conseguido durante este período questionava como iriam consegui-lo com um Orçamento que dava continuidade aquilo que fora feito, lembrando que quando se falava de reabilitação urbana e fixação de população era preciso não esquecer que havia outras freguesias. Referiu que não iriam votar contra e sim abster-se porque entendiam que era um Orçamento que não era deles, mas também não queriam deixar de chamar a atenção para estas questões nem que houvesse nenhuma duvida que estavam empenhados que este tivesse sucesso e gostariam que no futuro, nesta Assembleia Municipal, se pudesse discutir profundamente temas como o que se queria no âmbito da educação para o concelho e não era ouvir o que nós queríamos mas sim o que é que os presidentes das Juntas de Freguesia e as pessoas queriam, qual a importância da ligação do concelho à cidade de Castelo Branco, do que gostariam e de que forma se podia dinamizar, com uma ou outra medida, os equipamentos culturais para cativar as pessoas desta cidade e talvez, quem sabe, da vizinha Espanha, discutir também com os presidentes das Juntas de Freguesia as questões ambientais e mais um conjunto de matérias, porque estes estavam no terreno e conheciam a realidade das suas freguesias, até

porque o nosso concelho tinha várias dinâmicas e este Órgão teria de trabalhar nesse sentido e no futuro ter temáticas próprias para que se pudesse ajudar o executivo a tomar boas decisões e como tal era vontade dos membros da Coligação "Novo Rumo" fazer chegar a este Órgão temas que se pudessem discutir de forma profunda e que teriam que ouvir o povo na pessoa dos seus representantes nesta Assembleia Municipal. Reforçou que os membros desta bancada iriam ter um voto de abstenção como sinal claro de que queriam que o executivo alcançasse, não só os objetivos, mas que pudesse ir um pouco mais longe e sobre isso, teriam oportunidade de falar de matérias que permitiriam ver o futuro de Vila Velha de Ródão com outra ambição, não só no plano orçamental, independentemente das contingências, mas também naquilo que eram os objetivos do território de uma forma menos centralista na sede de concelho. Terminou, desejando o maior sucesso para a sua concretização, esperando no futuro discutir outros Orçamentos para verificar se fora possível ou não serem mais ambiciosos e quanto ao problema do envelhecimento e da pouca população esta era uma matéria complicada.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal deixou como reparo que neste órgão não se tinha feito outra coisa que debater exaustivamente todos os problemas e muito em especial e como assunto recorrente em todas as sessões, o caso da poluição e com pontos totalmente convergentes.-----

---- O membro Carlos Gonçalves retorquiu que também tinha falado de outros temas que se deveriam discutir neste Órgão e que a Assembleia Municipal não tinha que ter a mesma opinião da Câmara Municipal independentemente de terem a maioria e sempre se podia dizer que não havia problema nenhum mas daqui a 4 (quatro) ou 8



(oito) anos teríamos uma redução significativa de eleitores e a possível extinção deste concelho. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que o Plano era da Câmara Municipal e não da Assembleia e que não tinha dito que tínhamos que ter a mesma opinião do Presidente da Câmara Municipal.

----O membro Maria José Sobreira começou por saudar todos os membros da Assembleia municipal e do executivo e em especial os que aqui tinham acento pela primeira vez. Quanto ao Orçamento disse que este estava muito vocacionado para os apoios sociais, nomeadamente no Plano Plurianual de Investimentos, uma grande fatia desses apoios era referente à habitação social, questionou em seguida que depois de todos estes apoios que a autarquia tem dado quais as contrapartidas que se têm verificado e quantas as famílias que estavam a usufruir do apoio ao arrendamento. -----

----O membro Carlos Gonçalves questionou que projetos estariam preparados e que pudessem eventualmente vir a beneficiar com o financiamento do Portugal 2020. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por se dirigir ao membro Carlos Gonçalves dizendo que era com alguma estupefação que ouviu o negativismo das suas intervenções e se alguém conhecia a realidade do concelho era quem sempre cá tinha estado e tem trabalhado para a inverter e ouvir da sua voz estas afirmações, achava que era fazer "mea culpa", porque enquanto deputado da Assembleia da República e do partido que representava e que tinha sido o partido que quando esteve no governo mais contribuiu para a desertificação do interior, lamentando inclusive, a situação que estava a decorrer em relação aos Correios, com o péssimo serviço que estávamos a ter de algo que foi concessionado e por mais uma vez estarmos a ser confrontados com a expectativa de encerramento

no interior destes serviços que eram pagos e garantidos com os nossos impostos. Como tal este membro teria muito trabalho para fazer e era bem vinda a sua disponibilidade para o fazer aqui neste Órgão, mas lançava-lhe o desafio para também o fazer na Assembleia da República, dizendo que em matéria ambiental os problemas que estavam a ser vividos em Vila Velha de Ródão tinham a ver com uma Lei que fora aprovada na casa onde este membro representava os portugueses e que permitiu às empresas estarem impunes a funcionar e a poluir sem que as entidades oficiais pudessem exercer sobre as mesmas a fiscalização e impor-lhes o seu encerramento ou suspensão da sua atividade, porque beneficiavam de um Decreto-Lei ao qual a sua eficácia fora protelada sucessivamente permitindo a estas que, mesmo perante coimas ambientais que lhes fossem levantadas, suspender o seu efeito e continuar a funcionar. Esperava que, confrontado com estes problemas de um autarca que tem feito sentir a necessidade de resolução destas questões junto das entidades oficiais, os faça chegar à Assembleia da República e neste quadro dar o contributo para a solução dos mesmos. Continuou, dizendo que era óbvio que em relação ao turismo havia um desafio acrescido nesse campo devido às questões ambientais, mas na realidade é fruto do trabalho da autarquia e do apoio que dava aos empresários existia neste concelho talvez um dos investimentos privados mais relevantes nesta área a funcionar de uma forma que diria exemplar e que era uma referência de excelência naquilo que era o seu funcionamento, sabendo no entanto que realmente era difícil, mas os privados acreditavam e apostavam neste concelho porque por parte da Câmara Municipal o apoio aos investimentos feitos também na área do turismo, geriam complementaridade e davam confiança para fazerem os seus investimentos. Continuou dizendo que, em referencia ao



Programa 2020, quando fora solicitada a sua opinião, fez chegar à Assembleia da República e à CCDRC a sua preocupação sobre o mesmo que considerava amigo dos grandes consultores, prejudicando assim o investimento público, nomeadamente aquilo que era canalizado para as Câmaras Municipais e que era um instrumento importante para o desenvolvimento desses projetos. Apesar disso, aproveitavam-se todas as oportunidades e foram feitas algumas candidaturas ao abrigo desse quadro comunitário, realçando o investimento feito nas infraestruturas do Projeto do Loteamento da Quinta da Torre e uma outra que visava a promoção ao insucesso escolar em que o apoio seria de cerca de 600.000,00€ (seiscentos mil euros) a desenvolver nos próximos três anos. Em relação ao questionado pelo membro Maria José Sobreira disse que as contrapartidas referentes aos apoios sociais eram as mais gratificantes porque se via o efeito que tinham junto das pessoas e na inversão daquilo que eram os problemas demográficos. Referenciou em seguida que, atualmente, a creche da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, era frequentada por mais de 30 (trinta) crianças e que nos últimos 3 (três) anos no Agrupamento de Escolas desta Vila, os anos letivos terminaram sempre com mais alunos do que se iniciavam e neste momento tinham mais de 200 (duzentos) alunos e isto era um impacto das políticas desenvolvidas pela autarquia não só no desenvolvimento de programas sociais, mas também na capacidade de captar investimento privado e assim promover o emprego e este executivo tinha tido, desde 2008 (dois mil e oito) e consecutivamente, capacidade de captar esse investimento e criar emprego, sendo, talvez, um dos concelhos do país que tinha mais investimento privado "per capita" e tudo isto devido ao esforço da autarquia porque, uma vez mais, a administração central não tinha

um quadro fiscal que privilegiasse o investimento no interior e que este era feito pelas Câmaras Municipais. Terminou, respondendo que neste momento estavam a beneficiar do apoio ao arrendamento 28 (vinte e oito) famílias.-----

---- À intervenção do membro Júlia Ceia que no seguimento das intervenções do membro Carlos Gonçalves e do Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que já tinha visto em várias entrevistas televisivas o Sr. Presidente afirmar que o problema da poluição não era de Vila Velha de Ródão, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que se estava a discutir os documentos previsionais e que este assunto não se enquadrava neste ponto, podendo no entanto fazê-lo no ponto treze.-----

---- O membro Carlos Gonçalves referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal e que a ele tinha sido dirigida, disse que realmente era deputado na Assembleia da República há já alguns anos e onde tinha tido várias funções e que tinha a sua vida no estrangeiro há muitos anos, que era especialista, em particular, em política externa e como tinha acento no Conselho da Europa, tinha estado ligado a muitas votações e recomendações deste Conselho que serviram para serem ratificadas no parlamento português, mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal em vez de tratar de questões internas deste concelho, tinha-o atacado por questões, ou não questões, que ele pudesse tratar na Assembleia da República e que gostaria que também fizesse essas perguntas aos deputados eleitos pelo Partido Socialista. Quanto ao assunto dos CTT em que utilizou o termo estupefação, disse que ele é que estava estupefato, porque se os CTT tinham sido concessionados a privados isso vinha mencionado no memorando da "Troika" e este documento tinha sido subscrito por um governo em que o primeiro ministro da



altura era proveniente do nosso distrito, como tal, trazer a questão dos CTT acusando-o a ele que, eventualmente, seria o mau feitor porque o seu governo e o PSD tinham complicado tudo, na sua opinião, era um argumento que o surpreendia, porque gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, quando se lhe dirigisse, utilizasse a sua argumentação para mostrar o que fizera, o que pensava, o que desejava, o que procurava, o que tencionava fazer e não entrar no ataque pessoal nesta matéria. Continuou, referindo que uma vez que estava tão atento ao seu trabalho parlamentar, deveria ter informado as pessoas que em sede de Orçamento do Estado, tinha havido uma proposta de benefícios fiscais em sede de IRS, para pessoas em idade ativa residentes no estrangeiro e que quisessem instalar-se em territórios de baixa densidade, como o nosso, e que foi chumbada pela atual maioria parlamentar. Mais disse que estava aqui com um único objetivo e os assuntos da Assembleia da República eram tratados com os deputados eleitos por este circulo eleitoral e no qual o Sr. Presidente da Câmara, certamente, tinha votado e com quem pessoalmente já tinha acompanhado, mesmo não sendo do seu partido, em decisões que respeitavam o seu distrito de naturalidade e ao qual estava ligado intimamente e apesar de cá não estar a viver, o respeito pela Constituição dava-lhe toda a legitimidade para estar aqui como membro desta Assembleia Municipal. Reforçou que só o queria ajudar no seu sucesso, mas aqui nesta Assembleia Municipal e no exercício das suas funções, lembrando que no dia da tomada de posse lhe comunicara que estaria disponível para o que precisasse no parlamento português e estaria sempre disponível para ajudar as pessoas do seu concelho, como aliás o já tinha feito, agora se o queria confrontar com o seu trabalho parlamentar isso era

demostrativo que o Partido Socialista, aparentemente, no parlamento, não tinha deputados capacitados para debater com ele e vinha encomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para fazer este debate. Continuou dizendo que estava disposto a debater os problemas do nosso concelho, que o assunto CTT vinha inscrito no memorando e os deputados do Partido Socialista tinham tido esta semana, oportunidade de o debater na Assembleia da República e como tal, era da opinião que, aqui, o debate fosse sobre o Orçamento da autarquia, acrescentando que na Assembleia da República e independentemente da maioria do executivo não ser do seu partido, estaria sempre disponível para defender os interesses do seu concelho e freguesia e não concordava com a observação que tinha pouca intervenção no parlamento bastando para tal olhar para o seu currículo. Portanto, deveríamos cingir-nos aquilo que era essencial para este concelho, dizendo que não tinha feito grandes observações ao Orçamento porque este era um documento que era da responsabilidade da atual maioria e esperava que o conseguissem concretizar e era de todo o interesse desta Coligação tomar algumas decisões conjuntas e trabalhar no sentido de encontrar forma de trazer mais gente e mais investimento interno e externo e neste caso, até podia dar algum contributo no parlamento, dentro das suas possibilidades da disciplina politico/partidária, dizendo inclusive que, muitos presidentes de câmara do partido do executivo e com acento na ANMP, já se tinham lembrado dele para os ajudar nalgumas matérias, como tal, já era tempo de que se lembrassem e aproveitassem também um deputado que aqui nasceu, para ajudar nalgumas matérias, terminando dizendo que como Presidente da Câmara Municipal gostaria que este se lhe dirigisse como membro da Assembleia Municipal.-----



----O Presidente da Assembleia Municipal manifestou também alguma estupefação pelo facto de que só nesta sessão, tinha assistido a mais acusações de ataques pessoais que em todos os anos a que presidida a este Órgão. -----

----O membro Luis Andrade começou por dar as boas vindas aos novos membros e em seguida disse que não tinha os dotes oratórios do membro Carlos Gonçalves e que este, nos últimos anos, deveria andar distraído porque todo o trabalho que este executivo tinha feito na captação de investimento era no sentido de captar novos habitantes e por isso a continuidade do Plano e Orçamento agora apresentados e no qual se revia. -----

----O membro Luis Coutinho esclareceu que o propósito da intervenção do membro Júlia Ceia e apesar de parecer que não se enquadrava neste ponto e não ser propriamente sobre o Orçamento, era fazer um comentário a algo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha referido na intervenção que tinha dirigido ao membro Carlos Gonçalves. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal admitia que se pudesse ter precipitado, mas na sua opinião, achava que não era o caso porque este membro referiu-se a entrevistas televisivas e que ele soubesse, não era possível que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tivesse falado na televisão dos Documentos Previsionais, no entanto e apesar de assim o não entender, apresentou as suas desculpas pelo facto. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse ter gostado e respeitava a intervenção do membro Luis Andrade, o qual saudou, e que este, como membro da bancada socialista, tinha feito a sua missão, referindo também a importância destes debates, sendo provável que este membro, estando há tanto tempo no terreno, conheceria alguns

problemas em concreto que ele não conhecia, mas evidentemente haveria outras matérias a discutir.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal dirigiu-se ao membro Carlos Gonçalves dizendo que uma vez que estava tão disponível para trabalhar e ajudar, não percebia o tom agastado da sua intervenção e que ele apenas se tinha limitado a referir as preocupações de um autarca naquilo que era a administração central.-----

---- O membro Carlos Gonçalves lembrou que fazia parte da oposição e no essencial era a forma como votavam e viam as propostas do Orçamento para 2018 (dois mil e dezoito) e não tinha feito nenhum ataque concreto, apenas dissera que deveria existir mais ambição, que este Orçamento era da responsabilidade da atual maioria, que esperava que se concretiza-se e que se iriam abster. Era com surpresa que, depois de ter tido esta posição para dar mais condições de governação ao atual executivo, era confrontado com palavras que tinham mais a ver com as suas funções no parlamento do que nesta Assembleia Municipal. Mais disse que, ou o executivo estava completamente à vontade em relação ao Orçamento e discutia com a oposição os argumentos que estavam inscritos na proposta, ou então e segundo lhe parecia, não estavam à vontade e o Sr. Presidente da Câmara Municipal recorria a outras questões. Em relação aos comentários que tinha feito era uma prática sua e nenhum tinha sido desrespeitoso para com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, aguardando a apresentação dos documentos por parte deste e do projeto que defendia e ao qual não tinha feito nenhum reparo negativo, e quando inclusivamente tinha dito que as boas contas eram importantes, como era possível, depois destas afirmações, ver-se confrontado com ataques que iam para a parte pessoal aos quais não estava habituado e como membro municipal gostaria que aqui



fossem discutidos assuntos concretos e de interesse municipal, quando a única questão que tinha colocado e que foi respondida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, fora em relação ao Programa Portugal 2020. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que o valor global deste Orçamento era de 9.100.000,00€ (nove milhões e cem mil euros), representando um aumento, em relação ao ano transato, de 2,36% (dois virgula trinta e seis por cento), frisando que desde 2014 (dois mil e catorze) se verificava anualmente um aumento do mesmo, tendo em seguida procedido à apresentação dos Documentos Previsionais e das Grandes Opções do Plano para 2018 (dois mil e dezoito). -----

----O membro Fernando Roma questionou o porquê do valor referente aos projetos mais relevantes ser muito superior para a sede do concelho, ficando as quatro freguesias com uma pequena parcela do valor dos mesmos.- -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que a elaboração de um orçamento estava sujeita a dois fatores que eram a despesa que se pretendia fazer e a receita que se tinha disponível e neste momento, em termos estratégicos para o concelho, era reforçar o investimento na fixação das pessoas que trabalhavam em Vila Velha de Ródão para que estas não se fixassem noutros concelhos, mas também havia neste documento indícios de investimentos já lançados em todas as freguesias e que havia um compromisso claro que ao longo destes 4 (quatro) anos este seria distribuído por todo o concelho. lembrou que o Orçamento continha muito investimento que englobava todo o concelho, nomeadamente nas medidas sociais, na educação e nas pequenas obras que a autarquia tinha capacidade de fazer por administração direta, dando resposta

aquilo que eram as preocupações da população.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, os Documentos Previsionais para o ano 2018, constituídos pelo Relatório do Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Orçamento, Normas de execução do Orçamento, Mapa das entidades Participadas e Nota explicativa, apresentados e que ficarão arquivados junto aos documentos presentes nesta sessão e foram nos termos da alínea a) do nº1, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovados por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções dos membros, Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e Júlia Cristina Marchão Ceia.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **12-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

---- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 15 (quinze) de dezembro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 7.359.524,80€ (sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e quatro euros, e oitenta centimos), dos pagamentos efetuados de 7.046.820,14€ (sete milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e vinte euros, e catorze centimos) e do saldo reportado a 15/12/2017 de 3.308.992,51€ (três milhões, trezentos e oito mil, novecentos e noventa e dois euros, e cinquenta e um centimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 425.859,12€ (quatrocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove



euros, e doze cêntimos) e no nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais. -----

----O membro Ricardo Morgado deixou uma palavra de elogio e congratulação ao sucesso das atividades realizadas na Casa de Artes e Cultura do Tejo e Biblioteca Municipal e referiu também, com base no documento agora apresentado, a grande afluência aos espaços museológicos do concelho. -----

----13-Outros assuntos de interesse para o Município; -----

----O membro Carlos Gonçalves solicitou mais informações sobre a atual situação do Complexo Turístico e questionou se existia algum projeto de geminação deste município com uma cidade estrangeira. --

----O membro Ricardo Morgado referindo-se ao flagelo dos incêndios que afetaram o nosso concelho solicitou mais informações sobre o que é que a autarquia estava a fazer quanto à reflorestação das áreas ardidas, salientando que uma vez que tínhamos um património natural impar, na sua opinião, esta seria a altura ideal para arranjar os caminhos e os trilhos de modo a proporcionar boas condições para a realização de futuros eventos pedestres e de BTT.-

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder à solicitação do membro Ricardo Morgado dizendo que em relação aos incêndios e apesar do nosso concelho não ter tido as consequências devastadoras de outras zonas, também fomos flagelados pelos mesmos e que no concelho arderam cerca de 3.000 ha (três mil hectares), dos quais 500 ha (quinhentos hectares) junto ao monumento natural das Portas de Ródão. Salientou que a certa altura confrontou-se com a falta de bombeiros para combater os incêndios tendo em primeira

instância recorrido à mobilização dos funcionários da autarquia que tiveram uma resposta maciça num movimento solidário que registou com muito apreço, recorrendo também às empresas sediadas no concelho que com os seus próprios meios ajudaram na luta contra o fogo e foi graças a este esforço conjunto que se conseguiu que esta situação não tomasse proporções tão graves como noutros locais. Poucos dias depois os técnicos da autarquia já estavam no terreno a fazer junto da população, um levantamento das perdas que tinham ocorrido e do que era necessário fazer para dar uma resposta imediata às várias situações. Referiu que não foram afetadas casas de primeira habitação, apenas uma cozinha exterior a uma habitação mas que esta, numa parceria entre a autarquia e a Cáritas e com a solidariedade de privados, já estava recuperada e pronta a utilizar. Continuou dizendo que já fora feita uma candidatura para a reflorestação da área ardida, tendo um valor estimado em termos de intervenção de cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), estando-se a aguardar resposta à mesma, no entanto já se tinham iniciado no terreno medidas de prevenção á erosão dos solos nas zonas mais preocupantes. Em resposta às questões colocadas pelo membro Carlos Gonçalves, nomeadamente ao Complexo Turístico, disse que a autarquia tinha sido confrontada com uma situação que não estava à espera, tendo inclusive acionado os serviços jurídicos no sentido de intentar uma ação contra o anterior concessionário para ressarcir a Câmara Municipal dos prejuízos que causara no imóvel. Assim e no seguimento das deliberações da Câmara e Assembleia Municipal, procedeu-se à hasta pública para venda do complexo tendo esta sido realizada no passado dia 12 (doze) de dezembro com a base de licitação de 550.000,00€ (quinhentos e cinquenta mil euros), valor esse com base na avaliação efetuada quando este estava em



condições normais de funcionamento o que perante o atual cenário, isso não se verificava e como tal e segundo os investidores interessados, era um valor elevado e não se concretizou a venda. Pretendia assim o executivo avançar para um novo processo de venda fazendo uma ponderação entre o valor pretendido e o valor do investimento necessário para o colocar novamente em condições de funcionamento e após apreciação e aprovação pelos dois Órgãos autárquicos proceder-se-ia a nova hasta pública para alienação deste complexo. Em relação ao projeto de geminação disse que já tinha sido sugerido por alguns ingleses que estavam a investir no concelho na área do turismo, da possibilidade da autarquia encetar um processo de geminação com a cidade natal dos mesmos, tendo da parte da autarquia sido demonstrado interesse e abertura na concretização desse processo. -----

----O membro Fernando Roma disse que devido á seca que atravessávamos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal não poderia reivindicar junto do governo a reabertura do processo de construção da Barragem do Alvito -----

----O membro Júlia Ceia disse que perante a mortandade de peixes verificada no Rio Tejo, gostaria de saber o que é que tinha acontecido e se foram tomadas medidas e quais. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente à Barragem do Alvito, este era um projeto com muitos anos e que fez parte de um conjunto de concessões que foram negociadas pelo governo com os produtores de eletricidade e segundo foi argumentado mais tarde e devido ao decréscimo do consumo energético, estes deixaram de ter interesse para os investidores privados e o governo também não fizera questão junto destes de exigir a concretização dos mesmos, mas perante os fenómenos climáticos verificados era da

opinião que se deveria reequacionar a política da água e olhar para estes investimentos como reservas estratégicas para dar resposta às necessidades futuras com que seremos confrontados. Em referência ao questionado pelo membro Júlia Ceia disse que as questões ambientais eram da responsabilidade da administração central, sendo a fiscalização efetuada pela APA e pela IGAMAOT e que a autarquia tem estado em estreita e permanente colaboração com estas entidades e fazia parte da Comissão de Acompanhamento da Poluição no Rio Tejo, lembrando que este rio não nascia em Vila Velha de Ródão e desaguava na Barragem do Fratel e como tal nunca diria que esta vila era a raiz dos problemas de poluição do Tejo, porque tinha conhecimento dos relatórios emanados por estas entidades e se este membro tinha outros dados que os fizesse chegar às mesmas e que deveria discutir este tema com base no conhecimento e não por aquilo que ouvia dizer, dando conta de que na última reunião desta Comissão de Acompanhamento, realizada no parlamento, o foco principal já não tinha sido Vila Velha de Ródão e foi admitido pelo diretor da IGAMAOT que nada tinha a apontar à empresa referenciada como sendo um dos problemas, tendo o Presidente da APA dito que o investimento que esta estava a fazer na nova ETAR era do mais evoluído tecnologicamente, mas curiosamente também referiu que havia duas ETAR's de grandes aglomerados populacionais que tinham eficiência negativa, ou seja, a água que entrava nas ETAR's tinha mais qualidade do que aquela que era lançada no rio e era isto que gostaria de ver esclarecido. Continuou, dizendo que tinha conhecimento de autarcas muito preocupados com as consequências ambientais do desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, mas nós estávamos a resolver os problemas que cá tínhamos, quer por parte das empresas quer pela autarquia, ficando inclusive admirado que um



desses autarcas só agora se preocupasse em lançar um concurso para transporte de efluentes de ETAR's que estavam a poluir o Tejo, lamentando que houvesse pessoas no nosso concelho que iam atrás destes discursos. Mais disse que esta autarquia estava focada em resolver o problema da poluição do Rio Tejo na globalidade, desde a sua nascente em Espanha e de onde é retirada 90% (noventa por cento) da sua água para os regadios do sul do país e a restante nos chega bastante poluída, salientando, que segundo os ambientalistas, uma das barragens espanholas sitas neste rio era considerada a barragem mais poluída de Espanha e da Península Ibérica. Disse que segundo o relatório da APA referenciado á qualidade da água na Barragem de Cedilho, em Vila Velha de Ródão e na Barragem do Fratel esta tinha exatamente os mesmos parâmetros, sendo o fator mais preocupante o referente ao fósforo e que já vinha identificado de Espanha e ia diminuindo ao longo do curso do rio. Por isso, quando se falar deste problema tinha que ser com base em dados concretos, exigir a sua resolução e gostaria que fosse resolvido da forma como o está a ser feito nesta vila, fazendo investimentos que não põem em causa o desenvolvimento económico e dava um contributo positivo para a solução do mesmo. Seria bom que com a resolução deste problema em Vila Velha de Ródão se resolvesse a poluição do Rio Tejo, mas infelizmente isso não iria acontecer, mas esperava que o mesmo fosse discutido numa base diferente e com um contributo muito mais positivo de todos, porque por parte desta autarquia sempre houve uma preocupação em resolver os problemas, em estar com a população e exigir das entidades que atuassem, esclarecessem e que resolvessem os mesmos. Mais informou que fora estabelecido um protocolo com o Politécnico de Castelo Branco e a QUERCUS para instalação de uma rede de sensores no rio, mais exatamente, na

Barragem de Cedilho, em Vila Velha de Ródão, no local onde são feitas as descargas das empresas e na Barragem do Fratel, possibilitando em tempo real através da internet, saber da qualidade da água, sendo este acompanhamento da responsabilidade da QUERCUS. Em relação à mortandade dos peixes, foi entregue ao membro Júlia Ceia uma cópia do relatório onde estavam registadas as análises aos peixes mortos que a autarquia em colaboração e a pedido da APA, recolhera no rio, frisando que estas análises foram pagas pela Câmara Municipal e foram efetuadas pelo laboratório do IPMA e no qual se concluiu que a causa desta mortandade fora as algas existentes no rio resultantes da eutrofização das águas.-----

----- O membro Ricardo Morgado disse que o problema da poluição em Vila Velha de Ródão, quer fosse em meio aquático ou atmosférico, nunca fora escondida pelo executivo nem pelo seu presidente que muitas vezes trouxe este assunto para discussão, mas era evidente que havia questões que transcendiam a jurisdição desta autarquia e o Sr. Presidente da Câmara Municipal bem conhecia, lembrando também que a bancada do Partido Socialista apresentara várias moções relacionadas com este assunto e várias monitorizações, pagas pela autarquia, foram feitas quer ao nível atmosférico como aquático e com o apoio de todas as bancadas e que era um problema que afetava diariamente toda a população, conheciam-no, não o escondiam e se realmente estavam todos dispostos a lutar para a solução do problema, estariam aqui para apoiar o executivo e o Sr. Presidente da Câmara nesta causa.-----

----- 14- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;-----

----- A munícipe Graça Passos disse que na sessão de trinta de junho tinha tido uma intervenção e falado de questões que tem mobilizado

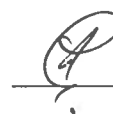


os movimentos de cidadãos, nomeadamente o CETA e tinha proposto que se organizasse um conjunto de debates sobre questões que tinham a ver com a energia, economia e agricultura, a partir do visionamento de um filme, já visto por milhões de pessoas, ficando em aberto a discussão desta proposta na Assembleia Municipal seguinte. Entretanto ficou a saber pelo Presidente da Assembleia Municipal que esta se iria realizar no dia quinze de setembro, tendo telefonado para a autarquia na manhã desse dia mas não conseguiu saber a hora da realização da mesma tendo inclusive se deslocado a este edifício pelas vinte e uma horas e trinta minutos mas esta já se tinha realizado e como tal não esteve nesta sessão. Entretanto tinha lido a Ata referente à sessão de trinta de junho que fora aprovada por unanimidade e verificara que nada disto constava da mesma, a sua intervenção tinha sido gravada, pelo que gostava de saber o porquê de não constar da Ata. Assim, reiterava a proposta então apresentada para realizar esse debate que, na sua opinião, era muito importante que existissem espaços de debate fora deste Órgão, porque devido às características das suas sessões, não se poderiam aprofundar e que a partir deste filme, quando geralmente se fala de problemas, este falava sobretudo de soluções nas áreas que tinha referido, reforçando novamente a sua proposta de disponibilidade e participação. Registou também com agrado que verificara que o Edital referente à publicitação desta sessão se encontrava na página da internet do Município, da aprovação da proposta de dispensa da leitura da Ata nas sessões da mesma e da rejeição da atribuição interesse público Municipal à empresa Centroliva. Em seguida, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e face às alterações climáticas que se verificam, questionou se o executivo tinha algum trabalho concreto para

preparar o concelho para estas alterações, referindo o programa "ADAPTACLIMA" no qual já vários municípios estavam envolvidos. Mais disse que, apesar de ser casada com um dos membros deste órgão eleito pelo CDS, nada a ligava a este partido e estava aqui na qualidade de cidadã, fazendo questão de estar presente nestas sessões por achar que era obrigação dos mais velhos darem o exemplo e também porque era importante para mediar a tendência das bancadas marcarem território partidário, o que se verificara algumas vezes na presente sessão, em vez de se focarem e discutirem assuntos de interesse para os cidadãos e tinha a certeza que todos os membros presentes seriam capazes de fazer melhor, reforçando que era obrigação de todos os cidadãos dar a cara e acompanhar estas sessões.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que confirmara que o Edital referente à realização da sessão de quinze de setembro estava publicitado na página da internet do município, no sítio dos editais, dizendo em seguida que quando ele tinha dito que era esposa de um futuro membro desta Assembleia Municipal, não fora nesse contexto. Agradeceu a sua intervenção, achando que fazia sentido, mas em relação às intervenções que as pessoas aqui faziam, este Órgão era livre de se manifestar e usar, ou não, no interesse da população deste concelho e se quisessem fazer um grupo de trabalho, esta Assembleia Municipal teria todo o interesse e fá-lo-iam, mas se este Órgão o não propuser, não se podia anexar pontos que não fizessem parte da ordem de trabalhos. No entanto, se o marido desta cidadã, membro da Assembleia Municipal, propusesse a criação desse grupo de trabalho e qual o enquadramento do mesmo neste concelho, não haveria problema.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente à



mitigação dos riscos das alterações climáticas, disse que a autarquia apresentara uma candidatura ao quadro comunitário no âmbito de um aviso que fora lançado e que tinha duas vertentes, a elaboração de cartografia de risco e a sensibilização para esta problemática e que esta já fora submetida e se tiver decisão positiva, como esperava, seria elaborada essa cartografia e seriam desenvolvidas em colaboração com o agrupamento de escolas e outras entidades disponíveis, ações de sensibilização para este problema e modificação de hábitos com vista a ter comportamentos mais racionais nesta matéria. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que, entretanto, obtivera a confirmação de que na Ata de trinta de junho constava a intervenção e o assunto referidos por esta munícipe. -----

----A munícipe Ana Rita Cardoso, disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal falara do investimento que estava a realizar em Vila Velha de Ródão, mas a verdade e segundo estimativas do PORDATA relativas a 2016 (dois mil e dezasseis), existiam no concelho cerca de 788 (setecentos e oitenta e oito) idosos por cada 100 (cem) jovens, ou seja, existiam os idosos mas onde estavam os jovens e essa é que era a questão. Mais disse que como jovem deste concelho à partida a autarquia estaria a trabalhar para que ela se cá fixasse, mas no seu caso, jamais se fixaria na sede do concelho, dada a poluição e a falta de interação e não se estava a dar a oportunidade dos jovens se fixarem fora desta vila. Sobre o envelhecimento disse que fora com algum espanto que quando tentou aceder aos dados dos idosos do concelho na página da internet da Câmara Municipal no sítio referente à Comissão de Proteção de Idosos e sabendo que estas comissões não estavam legisladas nem eram obrigatórias, quando clicou nesse *link* esta informação não

existia, estava em branco. Referiu que os jovens eram importantes, o investimento era importantíssimo, mas estes não existiam em Vila Velha de Ródão, reforçando que efetivamente este era o concelho mais envelhecido do país até final do presente ano, questionando o que é que tinha sido feito pelos idosos da freguesia de Vila Velha de Ródão, porque no último ato eleitoral tinha percorrido esta freguesia e não gostara do que viu.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por saudar a intervenção e participação do público, dizendo que era gratificante que assim continua-se para dar oportunidade para aqui discutir os problemas. Em seguida disse que se esta munícipe fizesse um esforço para conhecer melhor o concelho, talvez tivesse outra opinião e talvez houvesse poucos concelhos do interior como o nosso, referindo que existiam cá famílias com 3 (três) filhos e todos eles estavam a trabalhar nesta vila, se verifica-se o movimento rodoviário nas três principais vias que ligam Vila Velha de Ródão a Castelo Branco, Nisa e Proença-a-Nova, verificaria também a quantidade de jovens que se deslocavam dessas localidades para cá para virem para os seus empregos, salientando que no nosso concelho não só não havia desemprego como era um dos principais polos empregadores da região e este facto devia-se ao trabalho feito pela autarquia e que tinha reflexos no concelho com indicadores muito positivos em relação à creche e ao Agrupamento de Escolas desta vila. Sobre a questão dos jovens, para além do emprego, que era fulcral para os fixar, havia também as medidas de apoio que eram importantes, dando como exemplo, as 28 (vinte e oito) pessoas que tinham apoio ao arrendamento e mais as que habitavam nos 3 (três) T2 que a autarquia requalificara e que pagavam uma renda de 125,00€ (cento e vinte e cinco euros) mês. Tinha noção que este era um



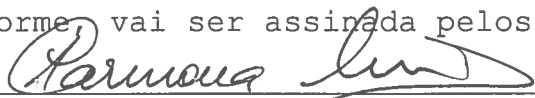
esforço enorme que a Câmara Municipal fazia para fixar jovens, que tinha uma política de incentivo à natalidade e se há 6 (seis) ou 7 (sete) anos havia 15 (quinze) crianças na creche, hoje havia mais de 30 (trinta) e isto porque havia mais famílias a viver em Vila Velha de Ródão, salientando que todos os custos destas crianças na creche eram suportado pela autarquia e que esta era uma parceria importante para a sustentabilidade das instituições, tendo a autarquia a preocupação de fazer um trabalho mais consistente nesta matéria. A relação com os idosos era extremamente importante no nosso concelho, referindo o trabalho relevante da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, que inclusive tinha feito uma candidatura ao PARES que não fora aprovada, mas mesmo assim fizera um investimento enorme e que hoje dava uma resposta cabal àquilo que eram as necessidades do concelho, salientando também o trabalho da IPSS de Fratel pelo desafio terrível que se lhe deparava de sustentabilidade em termos daquilo que era a sua dimensão e as exigências que lhe eram colocadas em termos de serviço. Mais disse que se a Santa Casa da Misericórdia desta vila era uma instituição de referencia e que isso devia-se ao facto da Câmara Municipal se ter substituído à administração central e financiado o projeto de desenvolvimento da mesma, como tal, os idosos tinham um conjunto de respostas, quer asseguradas diretamente pela autarquia através dos apoios sociais, quer através do gabinete da Ação Social desta, no acompanhamento permanente destes e na sua atuação em parceria com a Segurança Social, as instituições e com os Presidentes das Juntas de Freguesia, fazendo este conjunto parte das políticas vocacionadas para os idosos e financiadas pela Câmara Municipal e que faziam claramente a diferença, no entanto todos os contributos e sugestões de melhoria eram bem-vindos. -----

---- À observação feita pela munícipe Ana Rita Cardoso de que se tinha referido aos idosos que estavam em casa e não aos que estavam em instituições e da importância dos planos para a boa gestão dos trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que na sua intervenção também se tinha referido a esses idosos e apesar da importância dos planos e a autarquia fazia questão de disponibilizar toda a informação, estes planos só interessavam às consultoras que os faziam e aquilo que as pessoas precisavam era de atenção e de políticas concretas para dar resposta aos seus problemas e esta era a preocupação da autarquia.-----

---- A munícipe Graça Passos interveio novamente dizendo que o seu nome vinha referenciado na Ata da sessão de trinta de junho e que também houve outros munícipes a intervir e não vinham referidos na mesma, mas nesta apenas estava referenciada a questão que colocara sobre a CENTROLIVA e não toda a sua intervenção.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que as Atas eram um resumo dos trabalhos da sessão, admitindo que esta munícipe gostasse que na sua intervenção o assunto tivesse sido mais explanado na referida Ata.-----

---- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a presente sessão, pelas vinte e quatro horas e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.-----



Benjamim de Maria Pires Dias

Paula Cristina Ribeiro Gonçalves



Assembleia Municipal de

Vila Velha de Ródão

Moção Autárquicas 2017

No passado dia 1 de Outubro, as listas de candidatos propostas pelo Partido Socialista aos Rodenses para liderar os destinos do nosso Concelho, mereceram da parte destes uma indiscutível confiança, tendo sido sufragadas por uma expressiva maioria.

Há quatro mandatos consecutivos na liderança da nossa Autarquia, o Partido Socialista tem tido como principal enfoque, um cuidado extremo na feitura das suas listas, tendo-se pautado sempre por princípios que extravasam largamente a fronteira da sua cor partidária.

Para nós, o Poder local, uma das maiores conquistas de Abril, tem assumido uma determinante importância no desenvolvimento do nosso País, em especial do interior de Portugal, como tal, nós Partido Socialista de Vila Velha de Ródão, pomos sempre á frente dos interesses partidários, os superiores interesses da comunidade Rodense, propondo á votação listas abrangentes representando de facto um larguíssimo espectro político.

Nas Autárquicas de 1997, segundo de dois mandatos em que o Partido Social Democrata liderou o futuro do nosso Concelho, o Partido Socialista perdeu as eleições por escassos 1,4% das intenções de voto, traduzindo em mandatos conquistados, três para o P.S.D. e dois para o P.S.

A partir de 2001, ano marcante para o que viria a ser o desenvolvimento do Concelho, o paradigma do resultado eleitoral no Concelho de Vila Velha de Ródão mudaria radicalmente, e o Partido Socialista viria sempre em crescendo, a obter resultados excelentes.

O ano de 2013, início do primeiro mandato de Luis Pereira como Presidente de Câmara atinge o resultado histórico de 69,4% dos votos expressos nas urnas, contra os 20,56% obtidos pelo P.S.D.

Pela primeira vez, em 2013, os lugares de vereação sofrem um desequilíbrio mais acentuado e dos cinco elegíveis, o Partido Socialista conquista quatro.

Para além da Câmara Municipal, a equipa do Partido Socialista conquistou as quatro Assembleias de Freguesia do nosso Território, com confortáveis maiorias absolutas, bem como em sede de Assembleia Municipal, onde dos quinze lugares elegíveis ocupa onze.

Falámos de resultados eleitorais que são factos, suportados por um histórico de vitórias consecutivas e em crescendo

Da análise dos números expostos anteriormente, concluímos desde logo que, ao contrário do que costuma dizer-se, que o poder causa desgaste, nem sempre corresponde á verdade e aquilo que podemos concluir, é que quando o poder é exercido de forma correcta, servindo a causa pública e não servindo-se da causa pública, pondo á frente de tudo e de todos os interesses colectivos de uma comunidade, os eleitores são justos e reconhecem quem assim os serve.

É o que acontece no Concelho de Vila Velha de Ródão

Outro aspecto que nos parece da maior relevância, numa altura em que a actividade política vive, no nosso País debaixo de um manto de desconfiança e desinteresse por parte dos eleitores em geral, levando a um claro afastamento destes, em Vila Velha de Ródão, registámos nas últimas eleições uma taxa de abstenção de 26,47%, claramente em contra ciclo com os números registados a nível Nacional.

Daqui concluímos com toda a segurança, a existência na sociedade Rodense duma maturidade cívica diferenciada e também duma vontade determinada em sermos nós próprios a escolher quem queremos para nos governar.

O sucesso como tudo na vida não acontece ao acaso e as vitórias eleitorais também não, elas assentam na responsabilidade, no compromisso sem concessões entre eleitos e eleitores, na proximidade, no conhecimento dos problemas das pessoas e claro no trabalho realizado, por todos os candidatos em geral, e no caso de Vila Velha de Ródão, pelo trabalho alcançado pelo nosso cabeça de lista Luis Pereira, Presidente de Câmara.

A forma irrepreensível como encara o serviço público, sem qualquer tipo de concessões com o acessório, mas apenas e só focado no que é essencial, o desenvolvimento sustentado da nossa Terra e a melhoria contínua da qualidade de vida das nossas gentes, fazem do Presidente Luis Pereira uma figura consensual na escolha dos Rodenses, de todos os quadrantes políticos.

Nestas eleições, os Rodenses votaram e premiaram quem de entre o leque de candidatos, achavam com maior competência para estar á frente do Concelho, que alguns, embora sem provas dadas, têm a ousadia de pôr em causa, apenas e só para defender interesses particulares de pagamento de facturas eleitorais.

Nestas eleições, os Rodenses votaram e premiaram quem de entre o leque de candidatos, reconhecem com maior capacidade para resolver os seus problemas, só sendo possível de

fazer por quem faça da proximidade aos eleitores um modo de vida, premiando no fundo quem sabem que os não abandona, sejam quais forem os resultados das eleições, quem está com eles de forma incondicional, diária e desinteressada.

Nestas eleições os Rodenses votaram e premiaram, não quem prometeu empregos de sonho, mas sim quem com os pés bem assentes no chão, conseguiu através duma colaboração estreita, responsável e disponível colaborar com o tecido empresarial de Vila Velha de Ródão no sentido de fomentar o emprego de forma sustentada para os jovens não só do Concelho, mas de toda uma região.

Nestas eleições os Rodenses votaram e premiaram quem de entre o leque de candidatos manteve uma posição difícil mas sempre coerente, em defesa da qualidade de vida ambiental de Vila Velha de Ródão e não serpenteou nunca, mas manteve-se fiel aos superiores interesses da nossa população. Continuamos a pensar hoje como ontem, que de facto a água devolvida às ribeiras desta Terra não o é devidamente arrefecida e purificada...

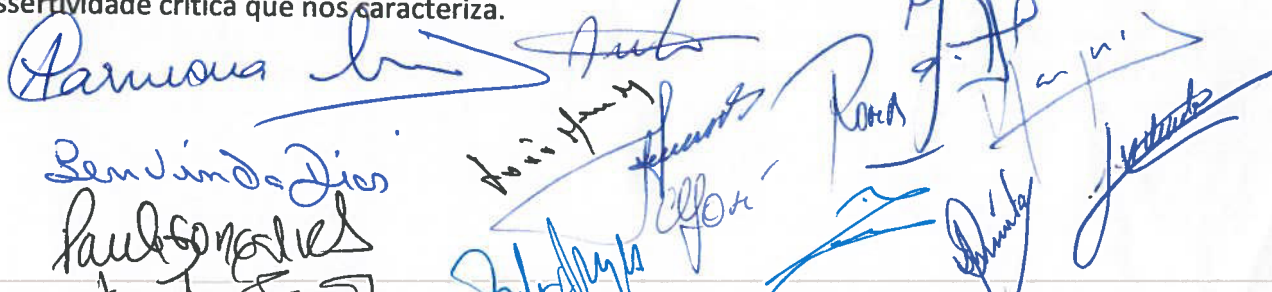
Nestas eleições os Rodenses votaram e premiaram quem de entre o leque de candidatos lhes falava de esperança, lhes transmitia confiança e não em quem abanava com o papão de um medo que ninguém reconhece porque não existe.

Nestas eleições os Rodenses votaram e premiaram quem de entre o leque de candidatos tornou o nosso Concelho, um Concelho com grande visibilidade Nacional, quer a nível da qualidade de vida das populações, quer nos apoios sociais concedidos, quer na taxa de desemprego das mais baixas do País, quer na construção de uma rede de equipamentos na área da cultura e do desporto absolutamente invejáveis, quer numa gestão rigorosa da Câmara Municipal.

Nestas eleições os Rodenses votaram e premiaram quem sempre encarou de forma séria e competente o problema da fixação de pessoas no nosso Concelho, quem de facto tem feito o impossível através de várias políticas no sentido dessa fixação de pessoas, dando desde logo o simples facto de morar no Concelho.

Temos a certeza que o Presidente Luis Pereira e a sua equipa irão cumprir o programa eleitoral sufragado pelos Rodenses, como sempre fizeram ao longo dos últimos dezasseis anos, mantendo a coerência naquilo que tem norteados os princípios dos candidatos do Partido Socialista: Colmatar as necessidades do nosso Concelho, e desenvolver sustentadamente as suas potencialidades.

Nós eleitos do P.S., a esta Assembleia estaremos como sempre estivermos, vigilantes no exercício das nossas funções ajudando o executivo no que for necessário, sem perder a assertividade crítica que nos caracteriza.

A collection of handwritten signatures in blue ink, likely belonging to the council members mentioned in the text. The signatures are written in a cursive, flowing style. Some are more legible than others, but they all appear to be personal signatures of individuals.

Declaração de Voto

A bancada do Partido Socialista DECIDIU, por unanimidade, votar **NEGATIVAMENTE** e de acordo com o parecer dado pela Câmara Municipal, em ata de 22 de setembro de 2017, sobre o pedido de reconhecimento de interesse público municipal relativo à legalização da empresa Centroliva-Indústria e Energia, S.A.

O processo que aqui se discute é longo, mas pretendemos destacar alguns pontos nele referido:

A Centroliva ocupa, sem a autorização da utilização obrigatória nos termos do nº 3 do art. 74º do RJUE alguns edifícios para a sua laboração.

A Centroliva durante anos assumiu perante o Executivo Municipal e entidades oficiais a concretização de diversos e avultados investimentos, como forma de combater a poluição atmosférica e hídrica, compromisso que nunca consumou ou efetuou de forma precária e insatisfatória. A Centroliva desrespeitou todas as normas ambientais no âmbito da poluição atmosférica, constatada pelas constantes monitorizações feitas por entidades credenciadas, contratadas pela autarquia e com a conciliação da CCDR Centro.

Em Março de 2017 a laboração de dois geradores que constituem a componente da produção de energia elétrica da Centroliva foi suspensa por determinação da CCDRC com base na existência do risco para o ambiente, para a qualidade do ar e para a saúde pública. Medida entretanto extinta. Contudo, persiste o não cumprimento basilar de pressupostos de relevo.

Por conseguinte, a bancada do Partido Socialista reafirma que, com base nas razões persistentes do parecer jurídico, que consta deste processo, mantém os pressupostos que levaram à deliberação de 02/06/2017 a este respeito, pelo que entendemos mantém o parecer negativo ao reconhecimento do interesse público municipal do estabelecimento Centroliva.

Vila Velha de Ródão, aos 22 de Dezembro de 2017

A bancada do Partido Socialista



Benilde Dias